

Tragédia: Já são 113 vigilantes mortos por COVID no Brasil

Número de contaminados não para de subir



O número de vigilantes mortos no Brasil por COVID 19 não para de aumentar, já chegamos a 113. São pelo menos 113 pais e mães de família que não estarão mais ao lado de seus filhos. 113 é o número de famílias dilaceradas pelo coronavírus até o dia de hoje e os números não param de crescer, já estamos próximos de 1400 vigilantes contaminados ou com suspeita da doença.

Estes trabalhadores que se foram eram considerados essenciais, mas o reconhecimento pelo nosso trabalho está longe de ser tratado da mesma forma. Estamos na linha de frente em locais onde o risco de contágio é extremamente

alto, estamos sendo contaminados e morrendo por causa da COVID 19, mas ainda não vimos homenagem alguma. Reconhecimento? Nenhum! Somos invisíveis!

Apesar de invisível aos olhos de muita gente, o setor da segurança privada trava uma verdadeira guerra contra a COVID-19. Segundo o último levantamento da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), em todo o país, pelo menos 1379 vigilantes já foram vítimas da doença e, desses, 113 perderam a vida.

Os números da COVID no Brasil estão tão altos, que é difícil encontrar uma categoria que foi poupada desta dor, este número é mais alarmante dentro das categorias consideradas essenciais, mas que são essenciais no nome, na prática, nada possuem de essencial ou especial perante os governos seja Federal, Estadual ou Municipal. “É vergonhoso o descaso com que somos tratados pelos órgãos públicos no Brasil. São trabalhadores que deixam suas famílias para proteger o patrimônio de outras pessoas e não voltam para seus lares, diz o diretor geral da Confederação Nacional dos Vigilantes, Claudio José de Oliveira.

Já para nós, olhamos nossos colegas

vigilantes e tantos outros que se doam todos os dias, com olhos de quem enxerga coragem, determinação, amor ao próximo e ao seu trabalho. São verdadeiros heróis!

A CNTV se baseou em informações passadas por sindicatos filiados em todo o Brasil. Entretanto, o número pode ser bem maior por conta das subnotificações e dificuldades em acompanhar um dado que muda tão rapidamente, principalmente após o Governo Federal ter alterado a forma de divulgação destas informações e uma associação de veículos de comunicação ter apresentado números consistentes.

“O número de infectados é mais difícil de ser mapeado por conta da falta de testes e pela precariedade das informações que chegam. Mesmo assim conseguimos reunir informações para mapear a doença de maneira satisfatória. De qualquer forma, chegamos ao número de 113 colegas de farda mortos e nesta informação conseguimos reunir as fotos, idades e histórias de vida, explica o presidente da CNTV, José Boaventura.

Segundo a CNTV, os sindicatos cruzaram informações das secretarias municipais de saúde e da imprensa com seus bancos de associados, além de informações passadas por familiares das vítimas. Importante ressaltar que alguns Estados não entram na contagem porque não foi possível confirmar as informações e outros apresentam número de mortes, mas não de contaminados porque cada entidade tem liberdade para decidir os dados que vão contabilizar. Portanto, alguns Estados terão a informação completa e outros somente o quesito morte.

Considerada uma categoria essencial de acordo com o Decreto Presidencial nº 10.282, de 20 de março de 2020, os vigilantes continuam não tendo o reconhecimento devido. Estamos na linha na linha de frente em quase todas as situações, mas somos praticamente invisíveis. Não se chega a um serviço em um hospital, supermercado, banco, dentre outros, sem

passar por nós. “Mesmo assim, boa parte dos trabalhadores vigilantes ainda não conta com o material básico necessário para se proteger da COVID-19”, lamenta o presidente da Confederação, José Boaventura Santos.

Para tentar proteger esses profissionais, várias entidades filiadas a CNTV acionaram a justiça para obrigar as empresas de segurança a fornecerem álcool em gel 70%, máscaras descartáveis e lavatórios para a higienização das mãos.

“Difícil acreditar, que mesmo tendo se passado mais de 100 dias que começamos a tratar das questões da pandemia, mesmo com tantas mortes e a alta quantidade de infectados, algumas empresas ainda se recusam a fornecer o básico para a proteção dos vigilantes e que as entidades sindicais ainda precisem sair de postos em postos para buscar proteção para os trabalhadores”, explica Boaventura.

Para o presidente da CNTV, José Boaventura, as mortes dos vigilantes são tragédias já anunciadas. “Poderíamos dizer que a COVID-19 está matando pessoas de todas as classes sociais e setores da sociedade, mas não, boa parte dessas mortes é resultado da política das empresas e poderia ser evitada. Os profissionais trabalham em locais com grande fluxo de pessoas e sem equipamentos de proteção e materiais de higienização para as mãos, totalmente expostos”, alerta.

Para Boaventura, não adianta as empresas investirem em publicidade e dizerem que cuidam do social se esquecem seus próprios funcionários. “É um quadro cruel, mas não deixa de refletir a situação de exploração, um tipo de escravidão moderna onde os empresários apenas utilizam a mão de obra e depois descartam”, finaliza.

Fonte: CNTV

Vários Dirigentes dos Sindicatos de Vigilantes Também Foram Contaminados pelo Coronavírus

Entidades já relatam mortes de diretores

GILBERTO FILHO
DIRETOR SINDICAL
SINDESV-PE RECIFE-PE



A categoria dos vigilantes foi considerada uma categoria essencial de acordo com o Decreto Presidencial nº 10.282, de 20 de março de 2020 ao mesmo tempo, houve a publicação de vários Decretos Estaduais e Municipais que ordenavam o fechamento de várias atividades, dentre elas, as entidades sindicais, mas os dirigentes sindicais cientes da responsabilidade que lhes foi imposta através do voto dos vigilantes, não poderiam ficar reclusos neste momento tão singular e foram para a rua, seja para fiscalizar todo o tipo de sacanagem que os patrões resolveram fazer para cima dos trabalhadores, se aproveitando deste momento de fragilidade e com isso, suspendendo ou diminuindo os contratos de trabalho, concedendo férias e

não fazendo pagamento, impondo jornadas exaustivas, horas extras intermináveis, não concedendo EPI's ou ainda, chegando ao cúmulo de não conceder água e sabão para os vigilantes lavarem as mãos.

Os diretores das entidades filiadas a CNTV foram para as ruas incansavelmente para lutar por nossa categoria. A falta de isolamento conforme previa a Organização Mundial de Saúde – OMS, teve preço alto.

Dirigentes mortos

Deste número apresentado de contaminados e mortos, tivemos pelo menos 12 entidades atingidas. Foram pelo menos 24 diretores contaminados. Destes, perdemos 04 diretores (01 em PE, 01 no ES e 02 no RJ) e 03 ex-diretores

dos sindicatos (01 em AL, 01 na BA e 01 em RO).

“É muito triste perder companheiros do dia-a-dia”, diz o diretor de formação da CNTV, que também é diretor do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Pernambuco, José Inácio Cassiano de Souza. “Aqui em Pernambuco, tivemos 03 companheiros infetados e 01 morte, que foi a do Gilberto Olimpio Filho, que teve um verdadeiro histórico de luta de um vigilante de verdade. Fará muita falta”, finaliza.

Para o fundador da CNTV e diretor de assuntos parlamentares, Chico Vigilante, há um misto de orgulho e tristeza pela fase que estamos vivendo: “Há mais de 40 anos estou na linha de frente desta categoria, há quase 28 anos na CNTV e nunca vi tanta garra e empenho dos dirigentes na luta pela proteção desta categoria, tanta união, nossos companheiros foram para as ruas lutar pela proteção dos trabalhadores, isso me trás muito orgulho, mas infelizmente, esta doença tão cruel, não poupa ninguém, já são pelo menos 113 trabalhadores vigilantes mortos e dentre estes grandes colegas da lida diária”.

Homenagem

Os companheiros que se foram, farão muita falta, amigos que lutaram pela conquista e manutenção de direitos. Lutaram por uma vida melhor para os irmãos de farda.

Perdemos grandes companheiros. Amigos que não conseguimos enterrar. Provavelmente a ficha só cairá de verdade quando esta pandemia passar e retornemos as nossas atividades de forma regular ou talvez em um congresso ou seminário em que todos os Estados estejam presentes e possamos contemplar que aquele lugar em especial está vago. Pode ser que a dor venha forte, mas daí, juntos estaremos mais fortes ainda, com a certeza de que vale a pena levantar todos os dias e ir a luta para que esta categoria seja reconhecida e valorizada.

Juntos, levantaremos nossos olhos e diremos “um dia amigo a gente vai se encontrar”...

Obrigada por tudo!

Fonte: CNTV

**ATO EM DEFESA DA VIDA
DO VIGILANTE**

03 de julho (sexta-feira)
às 9 horas

**Rodovia Washington Luís, 1590
Parada de Lucas
Em frente ao CARGO PARK**

**FEDERAÇÃO DOS VIGILANTES DO RJ
SINDICATOS DOS VIGILANTES DO RJ**

SOBRE O DISSÍDIO COLETIVO/ AUMENTO SALARIAL: PATRÕES PAGUE MEU AUMENTO, JÁ!



Na tarde do dia 16 a direção do Sindicato noticiou o vitorioso julgamento pelo Tribunal Regional do Trabalho do Dissídio Coletivo impetrado pelos próprios patrões e revertido pelos trabalhadores, destacando do julgamento e repetindo:

- **A GREVE FOI LEGAL;**
- **AS EMPRESAS FORAM CONDENADAS A REPOR NOS SALÁRIOS, TICKET E OUTROS ITENS ECONÔMICOS A INFLAÇÃO EM FEVEREIRO DE 2019 E FEVEREIRO DE 2020, TOTALIZANDO 8%;**
- **MANDOU PAGAR AS DIFERENÇAS EM 6 PARCELAS;**
- **MANTEVE A DATA-BASE (1º FEVEREIRO);**
- **COM ALGUMAS ALTERAÇÕES, MANTEVE A CCT DE 2018;**

Na mesma nota salientamos que a decisão foi com base num processo e processo tem um rito, prazos e recursos (recursos, no plural).

A decisão (acórdão) foi publicada dia

20/6 e dia 26 os patrões protocolaram um recurso chamado Embargos de Declaração ou esclarecimento da decisão.

O recurso foi para a mão do Desembargador Relator no dia 29 e no mesmo dia ele preparou o voto e já mandou incluir em pauta para decisão.

Há possibilidade de outros recursos? Sim, é a lei dos homens.

CAMPANHA PATRÕES PAGUE MEU AUMENTO, JÁ! - Por isto é preciso alertar a todos os colegas: enquanto a justiça segue o rito processual, devemos cobrar dos patrões o pagamento do aumento, já! É nosso direito, nossa conquista.

O Sindicato fez e continua fazendo seu papel: organizar e unir a categoria, estar à frente na luta e cobrar das empresas que cumpram sua obrigação.

ESQUEÇA OS PELEGOS - Fora disso, esqueça os pelegos e imundos. Estão a serviço dos patrões para desorganizar e desunir a categoria, enfraquecer a luta e beneficiar os patrões. Tudo a troco de um punhado de “farelo de porco”.

A conquista é dos homens e mulheres de caráter, de vergonha na cara, que não se vendem e não fogem da luta.

PATRÕES PAGUE MEU AUMENTO, JÁ!

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

RESCISÃO VIPAC/FUNCEB: AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DIA 03 NO TRT



RESCISÃO VIPAC / FUNCEB
AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO
DIA 03 NO TRT



VIGILANTES DE LUTA, SEM PELEGO, SEM PATRÃO!

A Justiça do Trabalho marcou para às 11 horas do próximo dia 03 de julho a audiência no CEJUSC – Centro de Conciliação da Justiça do Trabalho, relativo ao processo que cuida da rescisão e garantia de pagamento dos colegas Vipac/Funceb-TCA dispensados neste mês.

A audiência será virtual e a direção do Sindicato espera concluir esta etapa da luta dos mais de 100 colegas contra o calote.

Se ligue. O Sindicato está buscando informação sobre a possibilidade de acompanhamento virtual por quem desejar. Até lá informaremos sobre isto.

FONTE: SINDVIGILANTES/BA



Quinta
02 Jul
19h



@feppsba

**FÓRUM ESTADUAL DE
POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA SEGURANÇA
BAHIA
FEPPS/BA**

**BATE-PAPO SOBRE AS PROFISSÕES E O
TRABALHO EM MEIO À PANDEMIA COVID19**



André Rocha
Articulador do FEPPS/BA
Gestor em Segurança Pública
Serviços Público-Salvador/BA

Vigilantes



José Boaventura Santos
PRESIDENTE do SINDVIGILANTES/BA
PRESIDENTE da CNTV
Confederação Nacional dos
Vigilantes

#Se_puder_fique_em_casa! #Valorize_quem_precisa_trabalhar
#Morar_bem #Morar_bem #Morar_bem #Morar_bem #Morar_bem #Morar_bem

Vigilantes decidem em votação histórica prorrogação do mandato da atual diretoria e define prazo para nova eleição, em virtude da pandemia

Usando o bom senso, vigilantes do estado de Rondônia decidem em Assembleia virtual pela prorrogação do mandato da atual diretoria e define prazo para nova eleição do SINTESV-RO, enquanto durar o Estado de Calamidade Pública, decretado pelo Governo Estadual.

A votação ocorreu durante todo o dia desta terça-feira (30), tudo de forma virtual. Um Edital seguindo todos os protocolos, Estatuto e Regimento Interno foi publicado dia 25 de junho convocando os trabalhadores para a Assembleia. O edital continha todas as considerações e motivos pelo qual seria impossível a realização de um processo eleitoral em plena pandemia e com a obrigatoriedade de não aglomeração e afastamento social.

O Sindicato dos Trabalhadores em Vigilância do Estado de Rondônia montou toda uma

estrutura para que os seus filiados pudessem votar de forma segura, transparente e democrática. A abertura e encerramento da votação foram transmitidos em tempo real pela página oficial do Sindicato.

O resultado e a participação da categoria foram muito satisfatórios, segundo o presidente em exercício Paulo Verinaldo, “os trabalhadores entenderam a necessidade, o momento atípico que estamos passando e participaram de forma ativa. Vamos manter os trabalhos, todas as ações em andamento, a representatividade da categoria e no momento apropriado realizar o processo eleitoral de forma tranquila, obedecendo todos os prazos e regras estabelecidas pela Legislação e Estatuto da entidade”.

CONFIRA O RESULTADO DA VOTAÇÃO

Resultado da Assembleia Virtual

Realizado a assembleia online para votação do seguinte questionamento: Você concorda com a prorrogação do Mandato da Diretoria do SINTESV/RO, nos termos que foi apresentado na Assembleia? O processo de votação teve início no dia 30/06/2020 09:00h e término dia 30/06/2020 21:00h. Ao final, foi constatado e registrado que votaram 893 no total, sendo 813 favoráveis (SIM), 72 desfavoráveis/contrários (NÃO) e houveram 8 abstenções.

Votos Sim 813	Votos Não 72	Abstenções 8
Total de votos 893		

Percentual (%)	
Sim	91.04%
Não	8.06%
Abstenções	0.90%

Atenção Vigilantes - Informações sobre o teste da COVID-19 GRATUITAMENTE pelo Plano de Saúde do Sindicato (SaúdeSim)

O Sindicato dos Vigilantes do DF informa aos vigilantes que tiveram contato com alguém com o coronavírus ou esteja com sintomas da doença, que o SaúdeSim (plano de Saúde do Sindicato) está fazendo testes gratuitamente, tanto para o plano de saúde completo (Classe), quanto para o ambulatorial (Essencial).

Procedimentos para fazer o teste:

Marcar consulta médica e após, munido do pedido do médico com relatório, ligar para o laboratório Exame e agendar o teste no telefone 40043883. Quando agendar o teste no laboratório Exame, encaminhar documento, pedido e relatório médico no seguinte

e-mail: sci@dasa.com.br

Quando comparecer ao laboratório Exame para fazer o teste, levar o pedido e o relatório médico, a carteirinha do plano de saúde e documento pessoal (Identidade ou Carteira de Motorista).

Durante a consulta, informar ao médico que está com sintomas ou teve contato com pessoa infectada pela COVID. O médico decidirá o tipo de teste a ser feito: PCR ou Sorologia.

Estamos na luta pelo teste para todos os vigilantes

Ao mesmo tempo e diariamente, o Sindicato vem cobrando do GDF e demais órgãos, para que realizem o teste nos vigilantes, inclusive com denúncias em diversos meios de comunicação que já vem repercutindo as nossas ações em defesa da proteção dos vigilantes e, conseqüentemente, de suas famílias.



Principais sintomas da COVID-19

A COVID-19 afeta diferentes pessoas de diferentes maneiras. A maioria das pessoas infectadas apresentará sintomas leves a moderados da doença e não precisarão ser hospitalizadas.

Sintomas mais comuns:

febre
tosse seca
cansaço

Sintomas menos comuns:

dores e desconfortos
dor de garganta
diarreia
conjuntivite
dor de cabeça
perda de paladar ou olfato
erupção cutânea na pele ou descoloração dos dedos das mãos ou dos pés

Sintomas graves:

dificuldade de respirar ou falta de ar
dor ou pressão no peito
perda de fala ou movimento

Regras para aposentadoria especial por insalubridade são alteradas

Decisão dos JEFs muda regra sobre uso de EPI e facilita aposentadoria especial por insalubridade.



Segurados pelo INSS agora poderão recorrer diretamente à Justiça Federal para exigir a aposentadoria especial por insalubridade nos casos em que o benefício foi negado porque o trabalhador utilizava EPI (Equipamentos de Proteção Individual).

A decisão é da Turma Nacional de Uniformização (TNU) que julgou o tema a favor de padronizar a compreensão dos Juizados Especiais Federais (JEFs). Antes da decisão, parte dos juízes consideravam que a contestação da eficácia do EPI deveria ser questionada primeiro na Justiça do Trabalho em um processo contra o empregador.

Com a medida, também é dispensada a obrigatoriedade de que essa contestação tenha sido feita no momento da apresentação do pedido de aposentadoria ao INSS. Contudo, o questionamento precisa ser feito já no pedido inicial da ação.

Outra mudança é que, agora, em casos de dúvidas sobre a eficiência do EPI na redução de riscos à saúde durante a atividade, a Justiça deve decidir a favor do trabalhador.

“São decisões que simplificam esse tipo de julgamento, criando critérios mais objetivos”, pontuou Adriane Bramante, presidente do Instituto Brasileiro de Direito

Previdenciário.

Processos no JEF

Os Juizados Especiais Federais são responsáveis por receber ações contra órgãos do governo federal, cuja soma dos valores cobrado é inferior a 60 salários mínimos, ou seja, o valor de R\$ 67.700.

Para ingressar com um processo no JEF não é preciso contratar advogado, mas o apoio desse profissional pode ser importante para o sucesso da ação, principalmente, as que envolvem situações complexas como aposentadorias especiais.

Sempre que o trabalhador que realiza atividades que o expõe a riscos de vida ou saúde, eles devem ser compensados na hora da aposentadoria com vantagens especiais.

Fonte: Turma Nacional de Uniformização

Eleições municipais serão realizadas em 15 e 29 de novembro

Alteração foi forçada pela pandemia de coronavírus. Data de posse de prefeitos e vereadores não muda



Inicialmente, eleição deste ano seria realizada em 4 e 25 de outubro

O plenário da Câmara aprovou, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/20, que adia as eleições municipais deste ano. Agora, devido à pandemia de coronavírus, as eleições serão realizadas em 15 de novembro (primeiro turno). O segundo ocorrerá duas semanas depois, dia 29. A PEC recebeu 407 votos a favor e 70 contrários.

Logo depois da votação, o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), anunciou que o texto será promulgado pelo Congresso nesta quinta (2), às 10h. A cerimônia será no plenário do Senado, por onde a proposta já havia passado. Inicialmente, as eleições ocorreriam em 4 e 25 de outubro.

De acordo com a Agência Câmara, o adiamento poderá ser por prazo ainda maior em cidades onde houve grande incidência do coronavírus. A decisão caberá ao Congresso. “A alteração do

calendário eleitoral é medida necessária no atual contexto da emergência de saúde pública”, afirmou o relator da PEC na Câmara, deputado Jhonatan de Jesus (Republicanos-RR).

De autoria do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), a PEC estabelece ainda novas datas para o processo eleitoral de 2020 (confira quadro abaixo, elaborado pela Agência Câmara). A data de posse de prefeitos e vereadores não muda: continua sendo em 1º de janeiro de 2021.

Fonte: RBA

NOVAS DATAS DO CALENDÁRIO ELEITORAL	
A partir de 11 de agosto	As emissoras de rádio e televisão ficam proibidas de transmitir programa apresentado ou comentado por pré-candidato
31 de agosto e 16 de setembro	Realização das convenções partidárias para definição de coligações e escolha dos candidatos. As convenções poderão ser por meio virtual
26 de setembro	Último dia para registro das candidaturas Início do prazo para que a Justiça Eleitoral convoque partidos e emissoras de rádio e TV para elaboração do plano de mídia
Após 26 de setembro	Início da propaganda eleitoral, inclusive na internet
27 de outubro	Divulgação de relatório pelos partidos, coligações e candidatos discriminando os recursos recebidos do Fundo Partidário, do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (Fundo Eleitoral) e outras fontes, bem como os gastos realizados
15 de novembro	1º turno das eleições
29 de novembro	2º turno das eleições
Até 15 de dezembro	Encaminhamento à Justiça Eleitoral do conjunto das prestações de contas das campanhas dos candidatos
18 de dezembro	Prazo final para diplomação dos candidatos eleitos, salvo nos casos em que as eleições ainda não tiverem sido realizadas
12 de fevereiro de 2021	Prazo final para a Justiça Eleitoral publicar o resultado dos julgamentos das contas dos candidatos eleitos
1º de março de 2021	Prazo final para partidos e coligações ajuizarem representação na Justiça Eleitoral para apurar irregularidades em gastos de campanha de candidatos

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF